

Governo à caça de R\$ 168 bilhões

Valor é necessário para atingir meta de déficit zero em 2024, prevista na proposta orçamentária que será enviada hoje ao Congresso

EDLA LULA

A equipe econômica entrega hoje ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2024 com a projeção de receitas extras de R\$ 168 bilhões para conseguir equilibrar o saldo nas contas públicas no próximo ano. Segundo a ministra do Planejamento, Simone Tebet, os recursos sairão de medidas em tramitação ou que ainda serão encaminhadas ao Parlamento.

"Temos consciência de que é possível zerar o déficit no ano que vem a partir das variáveis que temos hoje", afirmou a ministra a jornalistas após audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO), ao ser indagada sobre o governo contar com receitas que ainda estão sendo discutidas entre os legisladores. "O que não pode é a equipe econômica dizer aquilo em que ela não acredita. Hoje nós temos a crença de que se todas as variáveis que estão sendo apresentadas se concretizarem, nós teremos o resultado fiscal zero", completou.

A ministra ressaltou que o governo tem respaldo legal para considerar, na peça orçamentária, receitas ainda não aprovadas. "A lei determina que nós entreguemos o orçamento com todas as despesas contratadas e as receitas confirmadas ou em

andamento, frutos de projetos no Congresso Nacional. Não estamos inventando a roda, estamos cumprindo a Lei Orçamentária", argumentou.

Ela disse ainda que, caso alguns dos projetos enviados ao Congresso não sejam aprovados, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, terá outras propostas até o fim do ano. "Vamos aguardar e ter fé no ministro da Fazenda. Temos receitas já contratadas e outras que estão em tramitação que somam R\$ 168 bilhões".

Tebet reconheceu que o objetivo é "audacioso", mas assegurou que o governo não irá alterar a meta de déficit zero enquanto o cenário não mudar. E indicou que o debate sobre alteração da meta deve ser feito no âmbito da CMO. Nos últimos dias, setores do próprio governo e do PT têm sugerido a mudança da meta fiscal.

Por causa dessa indefinição, a ministra pediu aos parlamentares que adiem para novembro a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024. É a LDO que traz os parâmetros que norteiam o orçamento anual, com as regras para os gastos e a meta de resultado primário.

O governo enviou em abril a LDO de 2024 com previsão de resultado zeroado. O texto deveria ter sido aprovado no Congresso em julho, mas teve sua discussão adiada à espera do novo marco

Ed Alves/CS/DA/Press



Simone Tebet: "O que não pode é a equipe econômica dizer aquilo em que ela não acredita"

fiscal, que traz as regras gerais para o limite de gastos do governo, em substituição ao teto de gastos criado no governo de Michel Temer.

O relator da LDO 2024, deputado Danilo Forte (União-CE),

disse ao Correio que a alteração da meta será "inevitável", mas que espera que a iniciativa parta do governo. Na audiência, Forte cobrou a execução das emendas parlamentares e sugeriu a criação de um cronograma de

pagamentos. "Fica um jogo de empurra que dá margem para uma distorção política do toma lá dá cá que a gente superou desde que fui relator da LDO de 2015, quando criamos as emendas individuais impositivas."

Para alcançar as receitas extras de R\$ 168 bilhões, o governo já tem garantidos R\$ 54,7 bilhões referentes ao projeto de lei que restitui ao governo o chamado voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o Carf (leia mais na página 9). A matéria foi aprovada ontem no Senado.

Dois matérias polêmicas com as quais o governo conta são o projeto de lei que estabelece a taxação dos investimentos feitos por brasileiros em paraísos fiscais por meio dos chamados fundos offshore e a medida provisória que prevê a taxação dos fundos fechados, chamados de fundos dos super-ricos. As duas matérias foram encaminhadas na última terça-feira, mas encontram resistência entre os parlamentares da direita, como o próprio presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL). O governo, entretanto, confia num acordo com Lira pela aprovação das duas matérias. Outra medida que, na previsão do Executivo, renderá R\$ 1 bilhão em 2024, é a regulamentação das apostas esportivas.

O governo vai enviar ao Congresso, ainda hoje, medida provisória para regulamentar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que permite ao governo cobrar IRPF e CSLL sobre o valor dos incentivos dados pelos estados a empresas via ICMS.

Atrás do dinheiro

Governo espera receitas extras de R\$ 168 bilhões para equilibrar as contas. Para isso, equipe econômica conta com aprovação de matérias em tramitação no Congresso. Veja algumas medidas:

O que já está no Congresso:

Projeto de Lei do Carf
Aprovado ontem no Senado, o PT restitui ao governo o chamado voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Com isso, o governo espera contar com R\$ 54,7 bilhões de receita.

Offshore
Projeto de Lei para taxar os fundos de investimentos no exterior, chamados offshore, cuja estimativa de arrecadação é de R\$ 7 bilhões

Fundus exclusivos

Medida Provisória encaminhada essa semana ao Congresso prevê a taxação dos fundos dos super-ricos duas vezes ao ano e não apenas no resgate. Com isso o governo projeta R\$ 13 bilhões de novas receitas

O que ainda será encaminhado:

Incentivos via ICMS

O governo vai enviar ao Congresso uma medida provisória para regulamentar a decisão do STJ que permite à Receita Federal cobrar Imposto de Renda e Contribuição Social

sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre incentivos dados pelos estados a empresas via ICMS. A estimativa de arrecadação é de R\$ 52 bilhões

Juros sobre Capital Próprio

Um projeto de Lei deverá ser encaminhado com alterações no chamado Juro sobre Capital Próprio, uma remuneração distribuída entre acionistas de grandes empresas que atualmente não entra no cálculo do Imposto de Renda das companhias. Com isso o governo estima arrecadar R\$ 10 bilhões

Em julho, deficit de R\$ 36 bi

As contas do governo central — que incluem Tesouro, Banco Central e Previdência — tiveram deficit primário de R\$ 35,9 bilhões em julho, o segundo maior saldo negativo, para o mês registrado na série histórica, iniciada em 1997. Em junho, o governo já havia fechado no vermelho em R\$ 45,2 bilhões.

O resultado primário é a diferença entre receitas e despesas, sem incluir o gastos financeiros, ou seja, os juros da dívida pública. O rombo de julho foi provocado pelo crescimento acentuado das despesas e a queda nas receitas.

Na comparação com o mesmo período do ano passado,

os gastos cresceram 31,3%, impulsionados por despesas previdenciárias, Bolsa Família, abono salarial e seguro desemprego, além de repasse a governos regionais. Já a arrecadação caiu 6,9% na mesma base de comparação.

O desempenho negativo do mês passado só foi menor do que o de julho de 2020, em pleno auge da pandemia de covid-19, quando o governo aumentou fortemente os gastos para combater os efeitos sociais e econômicos da doença. Na ocasião, o rombo foi de R\$ 109,6 bilhões. Os valores são em termos reais, ou seja, já descontam do cálculo a variação provocada pela inflação.

Nos sete primeiros meses do ano, o governo acumula resultado negativo de R\$ 78,25 bilhões, o pior resultado desde 2021, em termos reais, quando chegou a R\$ 82,9 bilhões.

Em 12 meses até julho, o saldo ficou negativo em R\$ 97 bilhões. Em dados corrigidos pela inflação, o deficit corresponde a 0,95% do PIB.

Isso significa que o governo praticamente não poderá ter deficit no acumulado nessa conta entre agosto a dezembro deste ano se quiser cumprir a promessa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de fechar 2023 com um rombo de até R\$ 100 bilhões.



Fazenda retoma poder no Carf

Governo volta a ter o voto de desempate em disputas tributárias no Conselho, e espera arrecadar R\$ 54,5 bilhões por ano

» VICTOR CORREIA

O Senado Federal aprovou ontem, por 34 votos a 27, o projeto de lei (PL) que retoma o voto de qualidade do governo no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Com a medida, o voto do Executivo passa a ser critério de desempate nas disputas tributárias discutidas no Conselho. Os senadores não modificaram o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, por isso, a proposta segue, agora, para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A medida era uma das prioridades do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para aumentar a arrecadação federal. O Carf funciona como um tribunal para disputas entre o governo e grandes devedores da Receita Federal, como empresas, e inclui disputas bilionárias. Na prática, a decisão beneficia o Estado nos litígios, já que o Carf é composto por um número igual de integrantes do governo e representantes dos contribuintes. O voto de qualidade valia até 2020, quando foi derrubado por decisão do Congresso Nacional.

No Senado, o projeto foi relatado pelo senador Otto Alencar (PSD-BA). A estimativa da Fazenda é que, sem a medida, o governo perde R\$ 54,5 bilhões por ano em arrecadação. O governo tentou mudar a regra por meio de uma medida provisória (MP) baixada ainda em janeiro, mas que perdeu a validade após quatro meses por não haver consenso nas Casas Legislativas por sua aprovação.

A proposta aprovada ontem incorpora em parte o que foi determinado na MP mas incluiu um acordo firmado com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para reduzir multas e juros para o pagamento da dívida nos casos que forem decididos pelo voto de qualidade do governo. A Receita Federal também não poderá representar contra o devedor no Ministério Público por crime tributário nesses casos, e o montante poderá ser pago com precatório ou créditos tributários.

Ao discursar, Otto Alencar destacou que o voto de qualidade foi criado em 2016 após uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado apurar irregularidades na atuação do órgão. "Identificamos que apenas 3% dos contribuintes levavam o montante de quase 80% dos valores que foram auditados. Débitos de R\$ 3, 4, 5 bilhões eram reduzidos para R\$ 100 milhões, para pagar a perder de vista. Não tem pequeno contribuinte e médio contribuinte nessa situação", declarou o parlamentar.

Segundo Haddad, os processos parados no Carf acumulam um "valor bruto" de R\$ 1,3 trilhão. Metade está concentrada em 150 grandes devedores. O líder do governo no Senado, Jacques Wagner (PT-BA) argumentou que o Carf não é um tribunal judicial e, portanto, o princípio do benefício do réu em caso de empate não deve ser aplicado.

Oposicionistas, por sua vez, criticaram a proposta. Segundo o líder da oposição, senador Rogério Marinho (PL-RN), o governo aumenta os gastos de forma irresponsável e tenta compensar com receitas que não são garantidas, como as provenientes das disputas no Carf.

"Estamos gerando passivos tributários para o futuro. Isso não impede que aquele contribuinte que for penalizado pelo voto de qualidade busque o Judiciário para reparar essa situação", afirmou. O senador Orívisto Guimarães (Podemos-PI) argumentou que os empresários costumam recorrer à Justiça em caso de derrota no Carf, o que pode aumentar o número de processos. Ele deu como exemplo um caso próprio, de um processo de R\$ 500 milhões que perdeu no Conselho. "Ganhei na Justiça, não paguei um centavo, porque a minha interpretação estava certa", contou.

País cria 142,7 mil empregos formais em julho

» FERNANDA STRICKLAND

O emprego formal no país apresentou um saldo positivo de 142.702 novos postos de trabalho em julho. O saldo positivo foi puxado pelo setor de serviços, que gerou 56.303 vagas e pelo comércio com 26.744 contratações com carteira assinada. Segundo

os dados do Novo Cadastro-Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), no acumulado do ano foram abertos 1.166.125 postos de trabalho, com saldo positivo nos cinco grandes grupos econômicos e em 26 das 27 unidades da Federação. O resultado representa queda de 36,6% em relação a junho do

ano passado, quando foram criados 225 mil empregos formais.

De acordo com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, o governo mantém a previsão de que serão criados dois milhões de postos formais de trabalho em 2023. "O crédito e os juros altos ainda atrapalham o encadeamento da economia brasileira. Mas, em

compensação, o anúncio do governo da retomada de obras paradas, assim como novos anúncios do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), do Minha Casa Minha Vida, apontam cenários de investimento com aspectos positivos", declarou.

Para Rodolfo Margato, economista da XP, a tendência de

desaceleração gradual no emprego formal continua. "Considerado o saldo acumulado em 12 meses, houve redução de 1,649 milhão de vagas em junho para 1,567 milhão em julho. Nossa projeção para a geração líquida total é de 1,35 milhão de empregos em 2023, após 2,015 milhões em 2022", analisou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Economia **Página:** 7, 8 e 9